



DOMINGO DE MANHÃ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – PGE/SP

PROCESSO SELETIVO RELATIVO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PGE/SP

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Certifique-se de que o ambiente de prova:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
 - contém 1 (uma) prova de redação.
2. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
3. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital.
4. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
5. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_03/09/2024 18:02:39



DIREITO CONSTITUCIONAL E ADVOCACIA PÚBLICA

QUESTÃO 01 – A União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre, EXCETO:

- A) Direito tributário, financeiro e econômico.
- B) Proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- C) Direito urbanístico e processual.
- D) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- E) Políticas de educação para a segurança do trânsito.

QUESTÃO 02 – São princípios da Administração Pública direta e indireta:

- A) Impessoalidade e publicidade.
- B) Legalidade e proatividade.
- C) Moralidade e limitação da capacidade tributária.
- D) Publicidade e lealdade.
- E) Eficiência e territorialidade.

QUESTÃO 03 – A Constituição Federal veda o(a):

- A) Associação de servidores públicos civis a sindicatos.
- B) Acumulação remunerada de cargos públicos, exceto as previstas no texto constitucional.
- C) Contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária excepcional.
- D) Prorrogação do prazo de validade de concurso público, que pode ser de até 2 anos.
- E) Acesso de estrangeiros a cargos públicos.

QUESTÃO 04 – Em relação ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargos efetivos, estabelece a Constituição Federal que:

- A) Trata-se de regime de caráter privado, devendo ser preservados o equilíbrio financeiro e atuarial.
- B) A contribuição deve ser de todos os entes federativos, da União e dos servidores ativos.
- C) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria são disciplinadas pela União.
- D) Há aposentadoria compulsória aos 70 ou aos 75 anos de idade.
- E) Os professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior têm idade mínima reduzida em 5 anos para o tempo de aposentadoria.

QUESTÃO 05 – A regulamentação constitucional dos precatórios estabelece que:

- A) Ao completar 65 anos de idade, o titular do crédito terá preferência para receber integralmente o pagamento.
- B) Os precatórios complementares de valores pagos devem ser quitados preferencialmente aos não alimentares.
- C) Em hipótese alguma poderá ocorrer o fracionamento do precatório para fins de pagamento.
- D) Os precatórios de natureza alimentar somente compreendem os débitos originados de salários, vencimentos e proventos.
- E) As obrigações de pequeno valor definidas em leis próprias das entidades de direito público não se sujeitam à expedição de precatório.

QUESTÃO 06 – A Constituição Federal estabelece que os atos de improbidade administrativa importarão a:

- A) Indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- B) Suspensão dos direitos políticos não cumulada à ação penal cabível.
- C) Perda da função pública se houver prejuízo ao erário.
- D) Suspensão dos direitos políticos se houver condenação penal.
- E) Cassação dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário.

QUESTÃO 07 – Em relação aos julgamentos de recursos e de ações originárias pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Constituição Federal estabelece que:

- A) São pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário a repercussão geral e o cabimento de a causa ser necessariamente decidida em última instância.
- B) É cabível recurso ordinário em mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se concedida a medida.
- C) São pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário a repercussão geral e o prequestionamento.
- D) É cabível recurso ordinário em mandado de segurança decidido em recurso pelos Tribunais locais, se denegatória a medida.
- E) É de competência do STF processar e julgar ação declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo dos entes federados.

QUESTÃO 08 – Considerando o titular da propriedade dos bens públicos, é correto afirmar que são bens:

- A) Dos Estados: os lagos que banham dois ou mais Estados.
- B) Dos Estados: os terrenos reservados às margens dos lagos de seus domínios.
- C) Da União: as ilhas oceânicas que contenham sede de Municípios.
- D) Da União: os lagos que banham um Estado.
- E) Do Município: os recursos minerais encontrados em seu subsolo.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa que apresenta uma prerrogativa do advogado público.

- A) Independência técnica e funcional para contribuir à solução do litígio ou à realização de transação.
- B) Ter prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- C) Submeter-se apenas às regras de responsabilidade e de conduta ética de suas respectivas leis orgânicas.
- D) Ter preferência para fazer sustentações orais nos Tribunais.
- E) Receber intimação pessoal para ciência dos atos e início dos prazos processuais.

QUESTÃO 10 – São funções do advogado público, segundo a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, EXCETO:

- A) Representar o órgão a que pertence na propositura de ações civis públicas.
- B) Prestar consultoria jurídica ao Poder Executivo e aos órgãos da administração indireta.
- C) Realizar controle direto dos gastos públicos.
- D) Defender o interesse público primário.
- E) Atuar na representação da Fazenda Pública nas dívidas fiscais e nas respectivas ações executórias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11 – Sobre as fundações de apoio, assinale a alternativa correta.

- A) Possuem natureza jurídica de direito privado.
- B) Poderão ser constituídas como associação.
- C) Com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber os recursos financeiros necessários à formação e à execução de seus projetos, com ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.
- D) Poderão ser instituídas com a finalidade de apoiar projetos sociais.
- E) Os empregados das fundações de apoio sujeitam-se ao teto constitucional de vencimentos.

QUESTÃO 12 – Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes pelo art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- A) Contratação por credenciamento e empreitada por preço global.
- B) Empreitada integral e contratação por escopo.
- C) Contratação por técnica e preço e contratação por tarefa.
- D) Contratação integrada e contratação por melhor técnica.
- E) Empreitada por preço unitário e contratação semi-integrada.

QUESTÃO 13 – De acordo com o art. 209 da Lei nº 10.261/1968, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o funcionário público estadual terá direito à licença-prêmio, como prêmio de assiduidade, de 90 dias em cada período de 5 anos de exercício ininterrupto, desde que não tenha sofrido nenhuma penalidade administrativa. Para fins de aplicação do aludido dispositivo, NÃO se considera interrupção do exercício:

- A) Licença para tratar de interesses particulares.
- B) Faltas injustificadas.
- C) Afastamento decorrente da pena de suspensão, aplicada em processo administrativo.
- D) Licença-prêmio.
- E) Falecimento do cônjuge, filhos, pais e irmãos, até 10 dias.

QUESTÃO 14 – Assinale a alternativa que contenha requisito para a configuração de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com o disposto no art. 6º, XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- A) O contratado presta serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- B) O contratado compartilha os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos.
- C) O contratado fiscaliza a distribuição, o controle e a supervisão dos recursos humanos alocados ao contrato.
- D) O contratado presta um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- E) Os empregados do contratado devem ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços.

QUESTÃO 15 – Em relação à disciplina dos regulamentos, de acordo com a Lei nº 10.177/1998, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nenhum regulamento poderá ser editado sem base em lei, nem prever infrações, sanções, deveres ou condicionamentos de direitos nela não estabelecidos.
- B) Os decretos serão referendados pelos Secretários de Estado em cuja área de atuação devam incidir, ou pelo Procurador-Geral do Estado, quando for o caso.
- C) Após a apreciação pelo Governador do Estado, a minuta de regulamento será submetida à Assembleia Legislativa.
- D) Nenhum decreto regulamentar será editado sem exposição de motivos que demonstre o fundamento legal de sua edição, a finalidade das medidas adotadas e a extensão de seus efeitos.
- E) As minutas de regulamento serão obrigatoriamente submetidas ao órgão jurídico competente, antes de sua apreciação pelo Governador do Estado.

QUESTÃO 16 – A Lei Complementar nº 1.361/2021 acrescentou dispositivos à Lei nº 10.261/1968, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, que possibilitam a adoção de práticas autocompositivas diante de irregularidade praticada por funcionário público. Sobre a aludida inovação legislativa, é correto afirmar que:

- A) A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e o Procurador do Estado responsável por sua condução ficam autorizados, mediante despacho fundamentado, a propor as práticas autocompositivas, a celebração de termo de ajustamento de conduta, bem como a suspensão condicional da sindicância.
- B) O funcionário será convocado a participar de sessão destinada à realização de prática autocompositiva e sua recusa será levada em conta na eventualidade de aplicação de sanção.
- C) São práticas autocompositivas a mediação, a conciliação, a transação, os processos circulares e outras técnicas de justiça restaurativa.
- D) A adoção da prática autocompositiva deve ser realizada antes da instauração da sindicância ou do processo administrativo.
- E) O acordo celebrado na sessão autocompositiva será homologado pela autoridade administrativa competente para determinar a instauração da sindicância ou pelo Procurador do Estado responsável por sua condução, com posterior remessa para ratificação do Governador do Estado.

QUESTÃO 17 – A concessão é uma das formas previstas na Constituição Federal para a delegação dos serviços públicos. A Lei Federal nº 8.987/1995 disciplina as denominadas concessões comuns e a Lei Federal nº 11.079/2004 trata das parcerias público-privadas, nas modalidades concessão administrativa e patrocinada. Sobre tais modalidades, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- B) A concessão comum, prevista na Lei nº 8.987/1995, é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do poder concedente ao concessionário.
- C) A concessão de serviço público será realizada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- D) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- E) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

QUESTÃO 18 – Os convênios a serem celebrados pelo Estado de São Paulo, por intermédio das Secretarias de Estado, da Procuradoria-Geral do Estado ou dos órgãos vinculados diretamente ao Governador, e por suas autarquias são regulados pelo Decreto nº 66.173/2021, que traz a seguinte disposição:

- A) É possível a celebração de convênio com Município independentemente de haver previsão para a celebração em sua Lei Orgânica local.
- B) O convênio depende de prévia autorização governamental, exceto quando o instrumento seja subscrito pelo Chefe do Poder Executivo; não estipule transferência de recursos por parte do Estado ou estipule transferência de recursos decorrentes de emendas impositivas ao projeto de lei orçamentária.
- C) Para a atribuição de efeitos financeiros retroativos ao convênio, é necessária autorização da Assembleia Legislativa.
- D) Dependem de autorização governamental os termos de cooperação, assim entendidos os ajustes que instrumentalizam colaboração institucional, de natureza administrativa, entre o Poder Executivo e os demais Poderes do Estado ou órgãos autônomos.
- E) Nos convênios que não estipulem a transferência de recursos por parte do Estado não se exigirá plano de trabalho e parecer da Consultoria Jurídica.

QUESTÃO 19 – A Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo detém vasto banco de dados referente à vacinação da população paulista, o qual contém dados pessoais sensíveis. Após a vacinação contra a Covid-19, os pedidos de acesso ao aludido banco de dados tornaram-se mais frequentes. Nesse contexto, assinale a alternativa que representa a afirmação mais aderente ao que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei Federal nº 13.709/2018.

- A) Outros entes federativos poderão requerer o compartilhamento dos dados em razão do interesse público, sem necessidade de indicar para qual finalidade serão utilizados.
- B) O acesso a dados pessoais sensíveis para a realização de estudos por órgão de pesquisa prescinde de sua anonimização.
- C) O órgão de pesquisa que tiver acesso a dados pessoais sensíveis poderá transferi-los a terceiros mediante justificativa.
- D) O consentimento do titular para o fornecimento de dados sensíveis deve se dar de forma específica e destacada, para finalidades específicas.
- E) É exigido consentimento de seu titular ainda que os dados pessoais sensíveis sejam utilizados para o cumprimento de obrigação legal por seu controlador.

QUESTÃO 20 – A Lei Federal nº 13.019/2014 instituiu normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Tais parcerias têm como instrumento o(a):

- A) Contrato de gestão, celebrado com organizações sociais.
- B) Convênio e o contrato celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.
- C) Procedimento de manifestação de interesse social.
- D) Termo de compromisso cultural.
- E) Parceria entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 21 – Acerca da Teoria Geral do Processo, considerando os termos da legislação em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) Em observância ao princípio da publicidade, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e, fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Na hipótese de segredo de justiça, poderá ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.
- B) Em atenção ao princípio do contraditório, não se proferirá, em nenhum caso, decisão judicial contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, sob pena de nulidade absoluta da referida decisão.
- C) É admissível o ajuizamento de ação meramente declaratória, exceto quando tenha ocorrido a violação do direito, hipótese na qual, obrigatoriamente, deverá ser ajuizada, concomitantemente, ação constitutiva e/ou condenatória.
- D) A norma processual civil retroagirá, atingindo todos os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- E) Compete ao Poder Judiciário brasileiro, concorrentemente à jurisdição da autoridade judiciária internacional, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

QUESTÃO 22 – Considerando os termos da legislação atinente à prática eletrônica de atos processuais e as prerrogativas e disposições processuais especiais destinadas à Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- A) As unidades do Poder Judiciário poderão, nos termos de seus regimentos internos, cobrar taxa pela utilização dos equipamentos eletrônicos necessários à prática de atos processuais e à consulta e acesso ao sistema e documentos nele constantes.
- B) A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, não dispensa a obrigatoriedade do advogado público de juntar aos autos o respectivo instrumento de mandato.
- C) Os atos processuais podem ser, total ou parcialmente, digitais, de forma a possibilitar a sua reprodução, comunicação, armazenamento e validação por meio eletrônico, nos termos da legislação.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- E) As intimações da Fazenda Pública serão pessoais e far-se-ão exclusivamente por meio eletrônico.

QUESTÃO 23 – Quanto à responsabilidade patrimonial: da fraude à execução e a credores, da ordem preferencial de penhora, da desconsideração da personalidade jurídica e das defesas do devedor e de terceiros, é correto afirmar que:

- A) O devedor responde com todos os seus bens presentes, mas não com os seus bens futuros, para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei.
- B) A alienação ou a oneração do bem é considerada fraude a credores quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação judicial capaz de reduzi-lo à insolvência.
- C) Os bens particulares dos sócios, em regra, respondem pelas dívidas da sociedade.
- D) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.
- E) Na execução cível, é prioritária a penhora de títulos e valores mobiliários com cotação em mercado, que possuem o mesmo status legal do dinheiro na ordem preferencial de penhora.

QUESTÃO 24 – No tocante às disposições relativas à tutela provisória – urgência e evidência – e às liminares proferidas em face da Fazenda Pública, com base no Código de Processo Civil e na legislação extravagante, é correto afirmar que:

- A) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- B) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a tutela antecipada concedida não se torna estável, mesmo se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- C) É cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.
- D) A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, pode ser objeto de cumprimento provisório anterior ao seu trânsito em julgado, ao critério da parte exequente.
- E) Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

QUESTÃO 25 – Conforme a legislação atinente ao cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública e ao regime de precatórios e obrigações de pequeno valor, assinale a alternativa correta.

- A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ressalvada a possibilidade de designação de casos especiais ou de pessoas determinadas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- B) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir, entre outras matérias, ilegitimidade de parte, inexecutibilidade do título, inexigibilidade da obrigação ou incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.
- C) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, sem juros e correção monetária.
- D) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, cumpre ao próprio ente público a apresentação de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
- E) É admitida a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução, para fins de enquadramento de parcela do total aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor.

QUESTÃO 26 – Relativamente aos recursos no Direito Processual Civil e outros meios de impugnação de decisões judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), ação rescisória, reclamação, súmulas e uniformização de jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- A) A ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 capítulo da decisão judicial.
- B) É admitida a instauração do IRDR quando houver, alternativamente, a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- C) Os recursos, em regra, terão efeito suspensivo, impedindo a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido contrário.
- D) É cabível a reclamação mesmo após o trânsito em julgado da decisão reclamada, desde que seja proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos.
- E) Os tribunais podem, facultativamente, ao seu critério e nos termos dos respectivos regimentos internos, uniformizar a sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, devendo, em qualquer hipótese, observar os enunciados de súmula vinculante.

QUESTÃO 27 – Assinale a alternativa correta em relação aos procedimentos especiais, ações possessórias, desapropriação e tredestinação.

- A) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre desapropriação e desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social.
- B) A tredestinação é caracterizada pela destinação do bem expropriado exatamente de acordo com o plano inicialmente previsto no ato expropriatório, ou seja, ocorre uma desapropriação sempre lícita e impassível de anulação.
- C) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.
- D) A propositura de uma ação possessória em vez de outra impedirá que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados, em razão da inépcia da inicial, que constitui uma nulidade absoluta e insanável.
- E) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.

QUESTÃO 28 – Assinale a alternativa correta no tocante ao mandado de segurança individual e coletivo, à luz da legislação em vigor.

- A) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, desde que a decisão denegatória tenha apreciado o mérito do *mandamus*.
- B) Será cabível mandado de segurança ainda quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- C) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito da Lei nº 12.016/2009, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.
- D) O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 90 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- E) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado de segurança, caberá recurso de apelação; concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

QUESTÃO 29 – Assinale a alternativa correta no tocante aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos termos da legislação atualmente em vigor.

- A) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o juiz poderá, sempre mediante requerimento expresso das partes, deferir providências cautelares e antecipatórias durante o processo, a fim de evitar dano irreparável e/ou de difícil reparação.
- B) Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, será cabível pedido de uniformização de interpretação de lei, caso haja divergência entre decisões prolatadas por Turmas Recursais envolvendo questões de direito material.
- C) Podem ser partes nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, como réus, os entes públicos, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, mas não as autarquias, as fundações e as empresas públicas a eles vinculadas.
- D) É admitido expressamente pela lei o reexame necessário das decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- E) As pessoas jurídicas de direito público gozam de prazos diferenciados para a prática de atos processuais no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, inclusive em relação à interposição de recursos, cujo prazo será contado em dobro para os entes públicos.

QUESTÃO 30 – A respeito dos métodos de solução dos conflitos em geral e legislação em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- B) À Administração Pública, direta ou indireta, é vedada expressamente a utilização da arbitragem para dirimir conflitos, uma vez ser pressuposto legal que todos os direitos de natureza pública são indisponíveis.
- C) Realizado o negócio jurídico processual entre as partes, em razão do princípio da autonomia da vontade, é vedado ao juiz controlar a validade das convenções acordadas, cabendo ao magistrado apenas a sua homologação.
- D) Na audiência de conciliação, a autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por decisão interlocutória, impugnável por agravo de instrumento.
- E) Enquanto a heterocomposição se caracteriza pela negociação direta entre as partes interessadas sem a intervenção de um terceiro, na autocomposição as partes se utilizam, para a resolução dos conflitos, de um órgão ou um agente externo e desinteressado à lide, que irá solucioná-lo, e sua decisão será imposta às partes de forma coercitiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 31 – A repartição de receitas tributárias é um mecanismo fundamental para a estruturação do federalismo fiscal brasileiro. Nesse sentido, será repassado aos Estados o seguinte percentual do produto da arrecadação:

- A) 21,5% sobre o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e produtos de qualquer natureza.
- B) 50% do produto da arrecadação sobre renda e proventos de qualquer natureza sobre rendimentos pagos a título de vencimentos de seus servidores.
- C) 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade territorial rural.
- D) 20% do produto da arrecadação de imposto residual.
- E) 50% sobre o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados de competência da União.

QUESTÃO 32 – O lançamento tributário é atividade administrativa vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. São hipóteses de lançamento de ofício, EXCETO:

- A) Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.
- B) Quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- C) Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- D) Quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o art. 150 do Código Tributário Nacional.
- E) Quando a autoridade administrativa, tomando conhecimento de antecipação do pagamento sem seu prévio exame, expressamente a homologa.

QUESTÃO 33 – Sobre obrigação tributária e fato gerador, assinale a alternativa correta.

- A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou entrega de declaração e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- C) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária, mas não suficiente à sua ocorrência.
- D) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
- E) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

QUESTÃO 34 – O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tem por hipótese de incidência as seguintes materialidades, EXCETO:

- A) Prestações de serviços de transporte aéreo de passageiros.
- B) Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- C) Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
- D) Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- E) Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

QUESTÃO 35 – Sobre a jurisprudência do STF em relação à competência tributária estadual, assinale a alternativa correta.

- A) Há incidência de ICMS sobre a alienação de salvados de sinistros por seguradoras de veículos.
- B) Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte.
- C) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva de Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).
- D) Lei que altere a data do fato gerador de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 1º de janeiro para 1º de abril para permitir aumento da carga tributária é constitucional.
- E) Incide ICMS sobre a venda de software de prateleira.

QUESTÃO 36 – Segundo a regulamentação da Constituição Federal em relação ao IPVA, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Têm imunidade tributária tratores e máquinas agrícolas.
- B) Terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- C) Poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.
- D) Não incidirá sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- E) Não incidirá sobre aeronaves.

QUESTÃO 37 – Segundo a regulamentação da Constituição Federal em relação ao ICMS, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Resolução do Senado Federal estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- B) A isenção ou não incidência acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- C) Não incide se a operação ou prestação se iniciar no exterior.
- D) Poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- E) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.

QUESTÃO 38 – Sobre o âmbito de aplicação da lei complementar e da lei ordinária no Direito Tributário, assinale a alternativa correta.

- A) O tratamento dado ao ato cooperativo e às sociedades cooperativas são matérias reservadas à lei complementar.
- B) Estabelecer normas gerais sobre definição de tributos e espécies tributárias, incluindo base de cálculo, contribuintes e fatos geradores de tributos discriminados na Constituição, é âmbito de atuação de lei complementar.
- C) A definição de tratamento diferenciado e favorecido para microempresa e empresa de pequeno porte, incluindo regime especial de tributação, deve ser feita por lei ordinária.
- D) Prescrição e decadência tributárias podem ter suas normas gerais veiculadas sobre lei ordinária.
- E) É possível regulamentar as limitações constitucionais do poder de tributar por lei ordinária.

QUESTÃO 39 – A Emenda Constitucional nº 87/2015 instituiu o diferencial de alíquota de ICMS a ser aplicado na hipótese de operações interestaduais destinadas ao consumidor final não contribuinte. O STF julgou, no Tema 1.093 de repercussão geral, a possibilidade de cobrança desse diferencial de alíquota e a necessidade de edição de lei complementar. Sobre o julgado, assinale a alternativa correta.

- A) O julgamento do Tema 1.093 abrangeu tanto o diferencial de alíquota devido em operações destinadas ao consumidor final não contribuinte de ICMS, quanto aquele devido em operações destinadas ao consumidor final contribuinte de ICMS.
- B) Assentou-se que a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS pressupõe a edição de lei complementar veiculando normas gerais, bem como para a efetiva instituição do tributo.
- C) Não houve modulação de efeitos quanto à incidência do diferencial de alíquota para os optantes do Simples Nacional.
- D) Houve modulação dos efeitos do julgado, mantendo-se válidas as cobranças do diferencial de alíquota de ICMS para somente exigir a edição de lei complementar no exercício financeiro seguinte à conclusão do julgamento.
- E) A Suprema Corte julgou não ser necessária a edição de lei complementar para possibilitar a cobrança, bastando a celebração do Convênio Confaz, validando todas as cobranças feitas.

QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa que corretamente indica a jurisprudência do STF sobre impostos estaduais.

- A) É possível que os Estados que tenham instituído a seletividade em relação ao ICMS utilizem alíquota sobre energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.
- B) O deferimento de ICMS relativo à saída de álcool etílico anidro combustível das usinas ou destilarias para o momento da saída da "gasolina C" das distribuidoras gera direito ao crédito do imposto para as distribuidoras.
- C) A imunidade a que se refere o art. 155, §2º, X, "a" da Constituição Federal alcança, nas operações de exportação, o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens destinados ao uso e consumo da empresa, que depende de lei complementar para sua efetivação.
- D) Em razão da publicação da Lei Complementar 190 no ano de 2022, o Plenário, por maioria, definiu que a cobrança do diferencial de alíquota de ICMS somente poderá ser feita a partir do exercício de 2023, sendo a lei complementar o marco para observância do art. 150, III, "b" e "c", da Constituição Federal.
- E) Decisão do STF proferida em sede de ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral impede os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado em relações tributárias de trato sucessivo, permitindo a cobrança de tributo sem a necessidade de ajuizamento de ação rescisória.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 41 – João propôs reclamação trabalhista em face da Empresa X, cobrando verbas que entende que lhe seriam devidas. Antes de contestar, a Empresa X apresentou exceção de incompetência, alegando que o processo deveria tramitar perante Vara do Trabalho distinta, vinculada a Tribunal Regional diverso. Ao analisar a exceção de incompetência, o Juiz acolheu as alegações da Empresa X. Assim, proferiu decisão reconhecendo a incompetência suscitada e determinando a remessa dos autos à Vara do Trabalho apontada pela Empresa X como competente, vinculada a Tribunal Regional do Trabalho distinto. À luz do entendimento pacificado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa que apresenta corretamente a conduta que o advogado de João deverá tomar caso não concorde com o teor dessa decisão.

- A) Interpor apelação dirigida ao Tribunal Regional do Trabalho a que se vincula a Vara do Trabalho reconhecida como competente.
- B) Interpor agravo de instrumento, tendo em vista a natureza interlocutória da decisão.
- C) Apresentar protestos e aguardar que a Vara do Trabalho tida como competente profira decisão definitiva, quando então poderá impugnar não apenas as questões analisadas por essa, como também a questão relativa à competência.
- D) Apresentar recurso ordinário impugnando a decisão em questão.
- E) Impetrar mandado de segurança, uma vez que na Justiça do Trabalho todas as decisões interlocutórias são irrecorríveis.

QUESTÃO 42 – Os empregados públicos de uma autarquia responsável por serviços funerários, submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entraram em greve, paralisando parcialmente suas atividades. Entendendo que a greve deflagrada afetava atividade essencial e se mostrava lesiva ao interesse público, o Ministério Público do Trabalho (MPT) propôs dissídio coletivo de greve perante a Justiça do Trabalho, buscando ver reconhecida a abusividade da greve. Ao julgar o dissídio proposto, antes de analisar a natureza da greve, a Justiça do Trabalho reconheceu sua incompetência para enfrentar a questão, determinando a remessa da ação para a Justiça Comum. Em face dessa decisão, o MPT interpôs recurso ordinário ao TST, alegando ser a Justiça do Trabalho competente para analisar o dissídio, bem como ser abusiva a greve. É correto afirmar que, ao analisar o recurso, o TST deve:

- A) Extinguir a ação sem resolução do mérito, uma vez que, de acordo com o ordenamento jurídico, o MPT não possui legitimidade para propor dissídio coletivo de greve no lugar da autarquia, verdadeira empregadora dos grevistas.
- B) Não conhecer o recurso, pois, para submeter a questão ao TST, o MPT deveria ter utilizado o recurso de revista, uma vez que, de acordo com a CLT, o recurso ordinário somente é cabível das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos.
- C) Negar provimento ao recurso, uma vez que, de acordo com o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Justiça Comum é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas das autarquias.
- D) Dar provimento ao recurso, pois, uma vez que os servidores em greve estão submetidos ao regime da CLT, compete à Justiça do Trabalho analisar o dissídio coletivo em que se discute a abusividade da greve realizada.
- E) Dar provimento ao recurso, pois, de acordo com a Lei nº 7.783/1989, Lei de Greve, nos serviços ou atividades consideradas essenciais, não pode haver nenhuma espécie de paralisação, devendo ser mantido em funcionamento 100% do serviço.

QUESTÃO 43 – Felipe foi contratado para trabalhar de segunda a sábado, cumprindo uma jornada das 08h às 17h, com 1 hora de intervalo, das 12h às 13h, de segunda a sexta-feira, totalizando 8 horas diárias de trabalho, e das 08h às 12h, aos sábados, cumprindo 4 horas diárias. Contudo, por motivos pessoais, Felipe deseja poder eventualmente laborar apenas até as 12h da sexta-feira, compensando as horas que cumpriria na tarde de sexta e na manhã de sábado nos dias antecedentes da semana. Assim, apresentou pleito ao seu empregador nesse sentido. Acerca do pedido formulado por Felipe, é correto afirmar que:

- A) Não pode ser acolhido, uma vez que a Constituição Federal prevê que a duração do trabalho nunca pode ser superior a 8 horas diárias.
- B) Pode ser acolhido, desde que exista acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho autorizando a compensação e seja respeitado o limite máximo de dez horas diárias.
- C) Pode ser acolhido, desde que exista convenção coletiva de trabalho prevendo a compensação de jornada, uma vez que a superação da jornada de 8 horas diárias somente é possível mediante a celebração de convenção coletiva de trabalho.
- D) É possível e prescinde da autorização do empregador, uma vez que, na atualidade, o empregado é livre para distribuir o número de horas semanais previsto em seu contrato de trabalho de acordo com as suas conveniências, desde que, ao final da semana, tenha cumprido todas as horas contratadas.
- E) Poder ser acolhido, mediante a celebração de acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Contudo, caso Felipe realize horas extras habituais, o acordo de compensação celebrado restará descaracterizado.

QUESTÃO 44 – Lucas foi contratado pelo seu empregador no mês de fevereiro de 2023. No mês de março de 2024 solicitou a concessão de 30 dias de férias, a serem gozadas no mês de julho de 2024. O pleito de Lucas foi acolhido e as férias foram fruídas no mês indicado por ele. O pagamento da remuneração das férias, por sua vez, ocorreu no mês de agosto de 2024, após o término do período de descanso. A respeito da postura adotada pelo empregador de Lucas, com base no entendimento do TST, é correto afirmar que:

- A) Foi irregular, uma vez que o pagamento da remuneração das férias deve ser efetuado até 2 dias antes do início do respectivo período, de maneira que Lucas faz jus ao pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional.
- B) Foi irregular, uma vez que o pagamento da remuneração das férias deve ser efetuado até 2 dias antes do início do respectivo período. Porém, Lucas não faz jus ao pagamento em dobro da remuneração de férias, uma vez que o art. 137 da CLT somente se aplica quando as férias não são gozadas dentro do respectivo período concessivo.
- C) Foi irregular, uma vez que o empregado somente faz jus ao gozo de férias a partir do término do segundo ano após a celebração do contrato de trabalho. Contudo, como a postura adotada pelo empregador foi mais benéfica a Lucas que a própria legislação, não há como se falar na aplicação de nenhuma penalidade àquele.
- D) Foi regular, uma vez que, de acordo com a CLT, durante as férias o empregado fará jus ao mesmo salário a que teria direito caso estivesse trabalhando normalmente, de maneira que as férias devem ser pagas até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.
- E) Foi regular, uma vez que somente deve ser pago antecipadamente o abono pecuniário a que o empregado faz jus quando opta por converter 1/3 do período de férias a que tem direito em abono pecuniário. Assim, como Lucas não optou por converter 1/3 do período de férias em abono, não tem direito a nenhum pagamento antecipado.

QUESTÃO 45 – Após ser dispensada, Raquel ajuizou reclamação trabalhista em face do seu ex-empregador, alegando que trabalhava submetida a condições insalubres e que, portanto, faria jus ao pagamento de adicional de insalubridade. Em sua defesa, o ex-empregador de Raquel informou que as atividades por ela desempenhadas não constavam na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho e que, portanto, Raquel não faria jus ao adicional de insalubridade. Foi determinada a realização de perícia. O perito, engenheiro do trabalho, apresentou laudo no qual reconheceu que as atividades desempenhadas por Raquel não constavam na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, mas afirmou que tais atividades a submetiam a condições prejudiciais à sua saúde, razão pela qual entendeu que ela deveria fazer jus ao adicional de insalubridade. À luz do contexto relatado e do entendimento pacificado no TST, é correto afirmar que o Juiz deve:

- A) Julgar o pedido improcedente, uma vez que Raquel deveria ter ajuizado a reclamação antes de ter sido dispensada, de maneira a permitir que a perícia fosse feita com base em suas reais atividades. Não o tendo feito, o pedido não pode ser acolhido, tendo em vista a impossibilidade de realização da perícia.
- B) Julgar o pedido procedente, uma vez que, em se tratando de alegação de labor em condições insalubres, o laudo pericial produzido em Juízo é soberano. Assim, tendo o Perito apurado a existência de trabalho em condições prejudiciais à saúde, o adicional deve ser deferido.
- C) Julgar o pedido procedente, pois o empregador de Raquel não contestou o labor em condições insalubres, se limitando a afirmar que as atividades desempenhadas por Raquel não constavam na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. Assim, o trabalho em condições insalubres deveria ter sido reconhecido sem a necessidade de realização de perícia, com o consequente deferimento do adicional respectivo.
- D) Determinar a reabertura da instrução, com a realização de nova perícia, a ser feita por médico do trabalho, uma vez que, alegando Raquel que trabalhava em condições prejudiciais à sua saúde, somente um médico do trabalho poderia ter realizado a perícia.
- E) Julgar o pedido improcedente, uma vez que não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 46 – Durante patrulhamento de rotina, uma viatura da Polícia Militar do Estado de São Paulo se envolveu em acidente de trânsito com veículo particular, na data de 16/05/2019. Em sede de processo administrativo instaurado para apuração dos fatos, concluiu-se pela responsabilidade do condutor da viatura pelo acidente, por ter ele ultrapassado o semáforo vermelho. Como consequência da colisão, houve danos à viatura e ao veículo particular. Considerando a hipótese fática narrada, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O proprietário do veículo tem três anos, contados da data dos fatos, para propor ação indenizatória em face do Estado de São Paulo para reparação dos prejuízos decorrentes do acidente.
 - II. Eventual ação indenizatória para reparação dos danos causados ao veículo particular deve ser proposta em face do Estado de São Paulo e do agente público responsável pelo acidente, já que foi apurada a sua culpa em processo administrativo.
 - III. Por se tratar de verba pública, é imprescritível a pretensão de reparação dos danos ao erário decorrentes do acidente, nos termos do art. 37, §5º, da Constituição Federal, sendo possível a propositura de ação de ressarcimento em face do policial militar condutor da viatura.
 - IV. O Estado de São Paulo responderia pelos danos causados ao veículo particular ainda que não fosse comprovada a culpa do agente público, tendo em vista a adoção da Teoria do Risco Integral pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
 - B) Todas as assertivas estão incorretas.
 - C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - E) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 47 – Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário.
- B) Em regra, a lei em vigor terá efeito imediato e geral, podendo retroagir para alcançar situações jurídicas constituídas antes da sua vigência, caso em que podem ser afastados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- C) Em caso de lacuna na lei, é permitido que o juiz decida o caso de acordo com a analogia e os princípios gerais de direito, inexistindo previsão no direito brasileiro de integração legal pelos costumes.
- D) A lei do país de nascimento da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- E) Caso não haja disposição em contrário, o período de *vacatio legis* é de 30 dias da sua publicação. Após esse período, ninguém pode se escusar de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

QUESTÃO 48 – Em relação aos bens públicos, de acordo com o Código Civil, analise as assertivas abaixo:

- I. São bens públicos aqueles pertencentes às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública direta e indireta.
- II. É admissível a usucapião de fração não utilizada de um cemitério público, por se tratar de bem dominical.
- III. O edifício sede da Procuradoria-Geral do Estado tem natureza de bem de uso comum do povo e é inalienável enquanto conservar a sua qualificação.
- IV. Somente os bens públicos dominicais podem ser alienados, nos termos da lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 49 – Adriano e Maria eram casados e adquiriram conjuntamente um apartamento de 200 m² no município de São José dos Campos/SP. Em 2020, após diversas brigas conjugais, Adriano saiu de casa, deixando Maria na posse do apartamento, junto com os dois filhos do casal. Como não é proprietária nem possuidora de outro imóvel, Maria morou no apartamento durante os quatro anos seguintes, sem obter notícias de seu cônjuge. Em 2024, Adriano reapareceu, reivindicando sua parte do imóvel. Em consulta a um advogado, Maria informou que nunca foi beneficiada com qualquer espécie de usucapião. Considerando a hipótese fática narrada, é correto afirmar que:

- A) Adriano pode reivindicar a propriedade sobre a sua fração do imóvel, já que não foram preenchidos os requisitos da usucapião por Maria.
- B) Por ter justo título, Adriano tem direito real de habitação sobre a sua fração do imóvel, sendo possível exigir o pagamento de aluguéis em face de Maria.
- C) Maria terá adquirido o domínio integral do apartamento por usucapião, por ser possuidora com justo título e boa-fé, desde que tenha realizado investimentos de interesse social e econômico no imóvel.
- D) Por se tratar de imóvel adquirido na constância do casamento, não é possível que Maria adquira o domínio integral do apartamento por usucapião.
- E) Maria adquiriu o domínio integral do apartamento por usucapião, por ter nele permanecido ininterruptamente e sem oposição após o abandono do lar conjugal por Adriano, utilizando-o para moradia de sua família.

QUESTÃO 50 – Em relação ao direito das obrigações, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Na obrigação de restituir coisa certa, se a coisa se perder antes da tradição, sem culpa do devedor, a obrigação se resolverá e o credor sofrerá a perda, ressalvados seus direitos até o dia da perda.
- () Na obrigação alternativa, a escolha da prestação cabe, em regra, ao devedor, mas este não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- () Na obrigação de dar coisa incerta, a escolha cabe, em regra, ao credor, mas o devedor pode alegar perda ou deterioração da coisa antes da escolha, por força maior ou caso fortuito.
- () Na obrigação solidária passiva, se a prestação se impossibilitar, a solidariedade subsiste em relação ao pagamento do equivalente, mas somente o devedor culpado responde pelas perdas e danos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – V – F.
- C) V – F – F – V.
- D) V – V – F – V.
- E) F – V – F – V.

REDAÇÃO

Instruções: Elabore um texto dissertativo-argumentativo com extensão **mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas**, expondo suas ideias sobre o tema proposto. Não se esqueça de criar um título.

Importante:

1. Confira se seus dados de identificação estão corretos na sua folha definitiva de redação. Qualquer divergência, chame o fiscal da sala.
2. Faça o rascunho de seu texto, revise-o e, a seguir, passe-o a limpo na folha definitiva que está devidamente identificada.
3. Não serão corrigidos textos a lápis.
4. Não é permitido o uso de corretivo líquido. Caso cometa algum equívoco, risque-o e reescreva a passagem.
5. Textos que não abordarem o tema proposto e que não tiverem o número mínimo de linhas delimitado **NÃO** serão considerados.
6. A letra deverá ser legível e de tamanho regular.
7. Seja original, autônomo e criativo, não copiando nenhum fragmento do texto base desta prova ou desta instrução.

Proposta de Redação – Leia o texto a seguir, adaptado especialmente para esta prova:

A Inteligência Artificial (IA) tem emergido como uma força transformadora em diversas indústrias, revolucionando a forma como as tarefas são realizadas, as decisões são tomadas e as informações são analisadas. No campo jurídico, que historicamente depende da *expertise* humana e de extensa pesquisa manual, estamos testemunhando a influência disruptiva dessa tecnologia. O potencial da IA para aprimorar a pesquisa jurídica e a análise de casos tem aberto novas possibilidades e levantado importantes questionamentos sobre o futuro da profissão.

A pesquisa jurídica e a análise de casos são componentes essenciais do processo jurídico. Eles exigem uma análise minuciosa de precedentes, estatutos, regulamentos e jurisprudência para embasar argumentos e tomar decisões informadas. Tradicionalmente, os profissionais do Direito investem considerável tempo e esforço na busca de informações relevantes em meio a um vasto volume de dados, com o intuito de identificar fontes pertinentes e extrair *insights* significativos.

A chegada da IA – especialmente com a IA generativa, como o ChatGPT – trouxe uma gama de ferramentas e algoritmos poderosos capazes de sistematizar e simplificar vários aspectos da pesquisa jurídica e da análise de casos. Sistemas impulsionados por IA têm a capacidade de processar e analisar grandes volumes de dados de forma mais eficiente do que os seres humanos, proporcionando acesso mais rápido a informações relevantes e permitindo que os profissionais do Direito se dediquem a tarefas mais complexas, que exigem julgamento humano.

No entanto, juntamente com esses benefícios e oportunidades, surgem desafios e considerações que precisam ser abordados. A interpretação de conceitos jurídicos complexos e o entendimento contextual ainda representam desafios para os sistemas de IA, especialmente questões sobre sua confiabilidade na realização de análises jurídicas substanciais.

Uma preocupação significativa é o potencial viés embutido nos algoritmos de IA, que podem perpetuar disparidades existentes ou introduzir novas no processo de tomada de decisão jurídica. O viés nos algoritmos de IA, portanto, pode gerar resultados discriminatórios ou reforçar preconceitos existentes dentro do sistema jurídico.

Além disso, considerações éticas, como privacidade de dados, transparência algorítmica e o equilíbrio adequado entre o julgamento humano e a automação de IA são aspectos cruciais que devem ser cuidadosamente avaliados na adoção da IA no campo jurídico. Em relação à privacidade e proteção de dados, surgem preocupações quanto à coleta e ao processamento de informações jurídicas sensíveis. Salvaguardar a confidencialidade e a segurança dos dados jurídicos torna-se crucial e as organizações devem tratar essa questão com o devido cuidado.

(Fonte: <https://mittechreview.com.br/o-futuro-da-profissao-juridica-a-transformacao-impulsionada-pela-inteligencia-artificial/>).

A partir da leitura do texto anterior e de seus conhecimentos sobre o tema, elabore um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema a seguir:

Carreiras jurídicas e Inteligência Artificial (IA): competição ou parceria?